

Prefácio

A obra que aqui se apresenta é mais um fruto do Protocolo de Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Macau e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane. Ela reitera, de forma simbólica, a solidez e o carácter produtivo da cooperação entre as duas instituições.

Esta obra, intitulada “*Direitos da Criança e da Mulher*” é uma coletânea de artigos apresentados no Seminário Conjunto entre a Faculdade de Direito da Universidade de Macau e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, realizado em Outubro de 2016, em Macau, sob o mesmo tema. O tema e os problemas discutidos pelos diversos autores à volta da mulher e da criança são actuais e relevantes, discutindo e propondo soluções para problemas sociais e jurídicos correntes de Macau, Moçambique e do mundo em geral. Na verdade, a criança e a mulher continuam ocupando uma posição de vulnerabilidade na família, no trabalho e na sociedade. Este conjunto de artigos desenvolve o debate sobre as questões mais prementes da vida da criança e da mulher e é rico pela amplitude e diversidade temática dos assuntos discutidos pelos diversos autores.

A obra começa com a discussão da problemática do assédio sexual no trabalho como uma limitação aos direitos humanos da mulher, com enfoque particular ao caso de Moçambique. No mesmo, discute-se, para além de aspectos conceptuais sobre o assédio sexual no trabalho e os direitos da mulher no trabalho, o impacto que o problema do assédio sexual no trabalho tem nos direitos humanos da mulher.

Em seguida, apresenta-se uma discussão sobre problemas jurídicos relativos a crimes sexuais suscitados por decisões de tribunais internacionais, como por exemplo a questão da aplicação retroactiva da lei em casos de uma caracterização nova, ligada à questão da violação, do genocídio, entre outras.

O artigo seguinte discute a questão da tutela jurídica pré-natal no ordenamento jurídico de Macau, no âmbito do Direito Civil e do Direito Penal, levantando problemas elevada relevância e actualidade jurídica e social.

Depois apresenta-se uma análise do problema da mendicidade infantil em Moçambique, discutindo-se, entre outras questões, o uso das crianças para actos de mendicidade. Discute-se igualmente a questão da

responsabilização, sob diferentes ângulos jurídicos, incluindo a possível responsabilização criminal.

Em seguida, apresenta-se uma discussão sobre o tratamento jurídico-administrativo das crianças de não-residentes em Macau, na qual se problematiza sobre os requisitos para a aquisição do direito de residência em Macau e se discutem algumas decisões dos órgãos administrativos do Governo de Macau a petições de residência em Macau a favor de descendentes.

Voltados para a área do Direito do Consumidor, seguem-se dois artigos. O primeiro oferece uma visão panorâmica sobre a protecção da criança enquanto consumidor na China, discutindo, entre outras questões, a maior vulnerabilidade da criança enquanto consumidor e a necessidade de maior protecção, apresentando-se dados sobre o consumo por crianças na China e analisando o quadro jurídico de protecção da criança enquanto consumidor na China.

O segundo artigo voltado à área do Direito do Consumidor retoma a questão da vulnerabilidade da criança, analisando a questão à luz do mercado de consumo brasileiro. O mesmo apresenta a questão da luta pela caracterização da criança como consumidor e discute a questão do reconhecimento

legal da vulnerabilidade agravada da criança enquanto consumidor, analisando, entre outros aspectos, algumas decisões jurisprudenciais sobre a matéria.

O artigo seguinte discute alguns aspectos ligados à Lei n.º 2/2016, de 6 de Junho – a Lei de prevenção e combate à violência doméstica. No mesmo, analisam-se, entre outras questões, as medidas de protecção especialmente vocacionadas à vítima, e as medidas de coacção, incluindo a questão da detenção fora de flagrante delito.

Encerrando a série de artigos, apresenta-se um panorama sobre a legislação aplicável ao delincente menor imputável em Moçambique, discutindo-se, entre outras matérias, os obstáculos que condicionam a aplicação do regime jurídico do delincente menor imputável e a ausência de uniformidade de procedimentos entre diversas instituições intervenientes no tratamento do delincente menor imputável.

O seminário que deu origem aos artigos aqui publicados dedicou um momento especial para homenagear a Professora Cândida Pires, pelo seu trabalho ao longo de muitos anos na formação de excelentes profissionais de Direito oriundos dos diversos países lusófonos e não só,

na produção científica, no auxílio à produção legislativa e muito mais. Foi um momento de agradecimento e reconhecimento dos seus feitos, e de inspiração para todos os presentes. O discurso de homenagem apresentado pela Professora Wei Dan, em representação da direcção da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, é também publicado integralmente nesta obra.

Esta obra é publicada num momento em que a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” do governo da República Popular da China vai ganhando destaque. Aproveitando-se da posição especial de Macau, como plataforma especial de cooperação entre a China e os países lusófonos, e de encontro e interação entre os países lusófonos, esperamos que tal contexto sirva para impulsionar cada vez mais o debate e o intercâmbio académico entre a Faculdade de Direito da Universidade de Macau e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, e também outras instituições e profissionais de outros países lusófonos.

De modo a materializar o objectivo de promoção do debate e intercâmbio académico, bem assim a pesquisa jurídica sobre a China e os países de língua portuguesa, foi criado, em 2016, – no âmbito de uma nova política da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, de

organização da actividade de pesquisa académica em grupos de pesquisa – um Grupo de Pesquisa sobre a China e os países de língua portuguesa. Esperamos que a cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Macau e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane possa também tirar proveito e contribuir para o sucesso dessa iniciativa.

Coordenadoras:

Wei Dan e Orquídea Massarongo Jona

Outubro de 2017